

## NEGOCIAÇÕES EM BRASÍLIA CONTINUAM NESTA TERÇA-FEIRA

MSS

*No fechamento desta edição, os representantes da Previdência e do Comando Nacional de Greve proseguiram em reuniões de negociações, ontem em Brasília. O objetivo é a construção de uma proposta que atendam os interesses dos servidores e dessa forma encerrar a greve, que já dura mais de dois meses. O debate continua nesta terça-feira.*

As negociações foram retomadas na sexta-feira passada, quando o ministro Nelson Machado (Previdência) chamou os grevistas para uma conversa. No encontro, Machado teria pedido ao Comando Nacional uma proposta intermediária para ser debatida na reunião desta segunda-feira. A mesma solução foi defendida pelo ministro do Trabalho, Luiz Marinho, em reunião com o comando, no dia 3 de agosto. Marinho propôs, também, que a questão do desconto dos dias parados fosse discutida no decorrer das negociações.

As negociações estavam suspensas desde 22 de julho, quando os servidores rejeitaram a proposta feita pelo governo. À época, o governo ofereceu pagar R\$ 140 milhões em gratificações de produtividade a partir de 2006. Com a rejeição da proposta, o governo suspendeu as negociações e partiu para retaliação ao movimento, com ameaças, corte de ponto e ações no Ministério Público.

Se as negociações avançarem e forem positivas, a proposta final deverá ser encaminhada para a avaliação das assembleias nos Estados. Caso haja aprovação, o resultado das assembleias voltará para a plenária nacional da categoria para decisão final.

Os servidores reivindicam, entre outros pontos, Plano de Carreira, isonomia salarial entre ativos, aposentados e pensionistas, melhores condições de trabalho e atendimento à população, com realização de novo concurso público. Além da extensão imediata dos 47,11% (referente ao passivo trabalhista da categoria) para todos os servidores da Seguridade Social e Trabalho.



*Categoria quer voltar ao trabalho, mas com as prioridades da pauta de reivindicações atendidas pelo governo*

### Justiça responsabiliza governo Lula

O juiz titular da nona vara federal Antônio Corrêa deu ontem prazo de dez dias para que os postos do INSS voltem a atender no Distrito Federal. Caso a determinação não seja cumprida, a União e o Instituto pagarão multa de R\$ 100 mil por dia. A decisão foi motivada pelo pedido do Ministério Público Federal, que entende que há omissão do Estado no empenho para o fim da greve.

O Secretário do Planejamento, Sérgio Mendonça, afirmou que o governo pode recorrer da decisão. “Caso não haja acordo nesses dez dias, a União vai recorrer e ver o que as instâncias superiores da Justiça decidem”, afirmou. O presidente do INSS, Waldir Moisés Simão, disse que vai fazer cumprir a decisão do juiz federal e, para isso, ameaçou penalizar os servidores que não comparecerem para trabalhar.

A decisão judicial mostra a irresponsabilidade do governo Lula, que, até agora, agiu com intransigência ao não buscar uma solução para o impasse que levou à greve nacional da categoria. Ao contrário, suspendeu as negociações, repremiu e ainda determinou o desconto dos dias parados dos trabalhadores.